

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO
DE RONDÔNIA**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020/SUPEL/RO

MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.260.502/0001-75, com sede na rua João Goulart, nº 1706, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representada pelo Sr. **MELQUI FILETTI MOREIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no RG sob o nº 573.750 SSP/RO e no CPF/MF sob o nº 517.940.392-87, vem por meio deste apresentar

CONTRARRAZÕES,

mediante as seguintes razões:

Em apertada síntese, busca a Empresa PEN6 LTDA [ou seja lá qual for o nome adotado até o final da presente licitação] - mais uma vez - em desesperada e teratológica tese a desclassificação da ora Recorrida, sob o argumento de haver descumprimento do que determina o subitem 18.4.2, o qual assim determina:

“A Proposta de Preços que obtiver o maior desconto será considerada como a de menor preço.”

Ocorre que, no afã de “fazer colar a sua tese”, a própria Recorrente demonstra em suas razões os motivos fáticos e jurídicos para o indeferimento do seu recurso.

Explica-se:

Inicialmente, convém destacar, como bem pontuado pela Recorrente que a presente licitação tem como “tipo de licitação” a de melhor “técnica”, apenas:

“19.1. Da justificativa da escolha do tipo de licitação

19.1.1. A escolha do tipo de licitação "melhor técnica" está alicerçada na necessidade de se levar em consideração, de forma soberana no processo de identificação da proposta mais vantajosa para a administração, o nível de qualificação técnica da Agência a ser contratada visando garantir a adequada execução contratual. Aliado a isso, verifica-se que não há qualquer prejuízo na adoção de tal tipo de licitação para a Administração, vez

que também é levado em consideração o menor preço ofertado, conforme dispõe o art. 46, §1º, incisos I a III da Lei 8.666/1993.”.

Portanto, como se vê o “menor preço” é levado em consideração para composição da nota final de classificação, sendo certo que para não ser desclassificado basta a licitante apresentar em sua proposta de preço valores superiores ao mínimo e inferiores ao máximo estabelecido no edital.

Inclusive, é isso que determina o art. 46, §1º, inc. I a III da Lei de nº 8.666/93:

“Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 1º Nas licitações do tipo "melhor técnica" será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I - serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II - uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III - no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;”.

Ou seja, o que a Recorrente pretende nada mais é que a deturpação do ordenamento jurídico, transformando a etapa de negociação [art. 46, §1º, inc. I a III] em uma espécie de etapa desclassificatória.

Aliás, isso, além de absurdo, também não encontra guarida em qualquer disposição editalícia, razão pelo qual, como bem pontuado pela Recorrente, não pode



ser levada em consideração, haja vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º c/c art. 41 da Lei de nº 8.666/93).

Diante de tudo que foi argumentado, verifica-se que o recurso não traz qualquer razão fática e/ou jurídica apta à desclassificação da ora Recorrida, razão pela qual o seu indeferimento é medida impositiva.

Nestes termos, pedimos deferimento.

MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA
05.260.502/0001-75
MELQUI FILETTI MOREIRA
517.940.392-87